

VIVÊNCIAS NA ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Jeisa Fernandes Marcondes¹
Alessandra Dallagnol²
Marinalva de Barros Neves Araújo³
Cilene Maria Lima Antunes Maciel⁴

RESUMO

A presente pesquisa em andamento, se insere no programa de Mestrado em Ensino da UNIC-Cuiabá-MT, e tem como objetivo compreender e conceituar o que é DI - Deficiência Intelectual e como ocorre a inclusão dos discentes com essa necessidade específica e que cursam o Ensino Médio no IFG Campus Luziânia e ainda conhecer como é a representação social do tema inclusão entre os discentes sem deficiência. Trata-se de uma metodologia qualitativa exploratória e descritiva, transversal do tipo estudo de caso, que usará como instrumentos de obtenção de dados, entrevistas individuais e coletivas (grupo focal), observação, auto narrativas e a técnica da ALP - Associação Livre de Palavras, adequando-se os mesmos a cada grupo de participantes, quais sejam: professores, discentes com DI e outras necessidades educacionais específicas e sem deficiência, mas que partilhem da convivência. Pretendemos conhecer a realidade dos nossos processos inclusivos e auxiliar na melhora das ações futuras dentro do campus; propondo e construindo junto à equipe a vivência de novas práticas inclusivas. Para análise dos dados obtidos usaremos Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e como principais pressupostos teóricos, Mantoan (2003) e Crochick (2011; 2013) acerca do que é o entendimento de um ensino inclusivo, agregando aos conhecimentos de uma educação institucional democrática para todos, à luz de Freire (1983; 1987). Pretendemos conhecer a realidade dos nossos processos inclusivos e auxiliar na melhora das ações futuras dentro do campus; propondo e construindo junto à equipe a vivência de novas práticas inclusivas.

Palavras-chave: LBI (Lei Brasileira de Inclusão); ensino; adaptações curriculares;

¹ Mestranda em Ensino do PPGEn da Universidade de Cuiabá-UNIC-MT, jeisafmarcondes@email.com;

² Mestranda em Ensino do PPGEn da Universidade de Cuiabá-UNIC-MT
profaleessandra.clareetiano@gmail.com

³ Mestranda em Ensino do PPGEn da Universidade de Cuiabá-UNIC-MT, marinalva.nba@email.com;

⁴ Professora orientadora; Doutora; cilenemlamaciel@email.com.

INTRODUÇÃO

É sabido que a partir da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996), é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, tal paradigma passa a ser implementado no país, gradativamente.

No IFG Campus Luziânia a implementação de um núcleo com a função de acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas, teve início efetivamente em 2017, por meio da Resolução CONSUP/IFG nº 30; para isso foram instituídos os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, para acolher, acompanhar e subsidiar os professores do campus com a práxis inclusiva.

Porém é sabido também que não basta a presença física do aluno na escola, a cessão da matrícula para ocorrer a inclusão; o corpo docente deve compreender minimamente o processo, os conceitos relacionados com a área da Deficiência Intelectual - DI e sobretudo estar disposto a quebrar barreiras atitudinais, enraizadas em nossa cultura escolar. Barreiras estas invisíveis, para além das barreiras de acessibilidade, arquitetônicas, didático-pedagógicas e materiais.

Portanto não é um processo fácil. É necessário entender quais são nossos conceitos arraigados e por vezes desconstruir. A Psicologia Escolar pode dar conta de auxiliar no entendimento desse processo inclusivo e têm um papel fundamental no trabalho com ações de promoção para uma educação inclusiva livre da reprodução de preconceito.

A função do psicólogo escolar como formador, também, dos docentes, para o entendimento da prática inclusiva no ambiente escolar é uma prática de ensino não disciplinar a ser instaurada a muitas mãos. Aqui entram vivências que podem ser proporcionadas por este profissional, como rodas de conversa, por exemplo, cabendo ressaltar a hipótese do contato.

Para Crochík (2011, 2013), a hipótese do contato é positiva para a atenuação do preconceito e pode ser utilizada como um dos argumentos para a implantação da educação

inclusiva, desde que preservadas algumas condições necessárias, tais como a cooperação, a amizade e um clima cultural e institucional apropriados. Ele insiste, porém, que se o sistema social não for modificado em sua estrutura, a violência – que tem no preconceito uma de suas manifestações – poderá ser reduzida pelo contato, mas permanecerá de forma sutil.

Uma das grandes dificuldades é o entendimento do que é a DI, e quais são os limites para o desenvolvimento acadêmico desses estudantes. Para isso pretendemos ouvir os professores e alunos envolvidos no processo construindo uma (auto)narrativa próxima deles, sustentada por autores da área.

Neste Contexto o objetivo geral do estudo é compreender e conceituar o que é DI - Deficiência Intelectual e como ocorre a inclusão dos discentes com essa necessidade específica e que cursam o Ensino Médio no IFG Campus Luziânia e ainda conhecer como é a representação social do tema inclusão entre os discentes sem deficiência.

METODOLOGIA

A metodologia será qualitativa de caráter descritivo e exploratório do tipo Estudo de Caso. Os instrumentos serão autonarrativas ou autobiografia (história de vida) de professores e alunos incluídos (narrativas livres e\ou estimuladas por roteiros de entrevista semiestruturada e entrevistas coletivas do tipo grupo focal); e para os estudantes sem DI, usaremos provavelmente a ALP – Associação Livre de Palavras proposta por Abric (1998); na tentativa de construir um documento que expresse as representações sociais de DI dentre os estudantes do campus.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para análise dos dados obtidos usaremos Análise de Conteúdo de Bardin (2011) que privilegia subjetividade da pesquisa tanto de forma individual ou em grupo e como principais pressupostos teóricos, Maria Tereza Mantoan (2003) e a contribuição do entendimento do ensino e educação inclusiva e Jose Leon Crochick (2011; 2013) acerca

do que é um ensino inclusivo e aspectos psicológicos da educação para o entendimento da institucionalização e a escola como um lugar/espço de produção de conhecimento e subjetividade dos indivíduos na coletividade do espaço escolar, agregando aos conhecimentos de uma educação institucional democrática para todos, à luz de Paulo Freire (1983; 1987). Pretendemos conhecer a realidade dos nossos processos inclusivos e auxiliar na melhora das ações futuras dentro do campus; propondo e construindo junto à equipe a vivência de novas práticas inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo está em andamento na fase preliminar, ainda sem dados obtidos da parte empírica, e faz parte do mestrado em ensino da UNIC – PPGEn. Ao final da investigação pretende alcançar, enquanto resultados esperados:

- i) Elaboração de futuros planos de trabalho inclusivos que envolvam toda a comunidade escolar do IFG Luziânia\GO;
- ii) Orientação de alunos em geral e familiares dos estudantes com DI a partir de vivências e rodas de conversa;
- iii) Melhora na atuação e colaboração com o NAPNE - Núcleo de Apoio às Necessidades Educacionais Específicas, existente no IFG desde novembro de 2017); propondo novas formas de acompanhamento e acolhimentos de estudantes incluídos.
- iv) Auxiliar na Formação Continuada e sensibilização docente com a publicização das experiências inclusivas do campus IFG Luziânia e das próprias pesquisas e produções científicas encontradas no decorrer dessa pesquisa.

Para isso as discussões girarão em torno de clássicos da inclusão, bem como estudos recentes sobre a temática que perpassa por preconceito e *bullying*; conforme seguem neste tópico Mantoan (2003); Crochík (2013, 2011), Freire (1983;1987), Patto (2015) e as leis brasileiras de inclusão.

Recentemente foi promulgada a **LBI** – Lei Brasileira de Inclusão, número 13.146 (BRASIL, 2015), conforme:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A referida lei que passa a ter status de estatuto, tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 09/07/08. Aponta a definição de Pessoa com Deficiência - PCD: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

O Transtorno do Desenvolvimento Intelectual já foi conhecido por outras denominações, como idiotia, deficiência mental e\ou retardo mental. A DI é caracterizada por limitações nas habilidades mentais e cognitivas, do desenvolvimento intelectual e retenção de conhecimentos e informações para o desenvolvimento cognitivo. No CID-10 (1989) Código Internacional de Doenças, a nomenclatura utilizada na década de 80, ainda se refere a retardo mental, definindo os níveis de comprometimento entre leve, grave e moderado.

As Pessoas com Deficiência passam a fazer parte de maneira formal e ocupar seu espaço dentro das escolas regulares; para tanto incluir significa dar condições dentro do processo de ensino aprendizagem para que o estudante se aproprie desse processo e tenha de fato condições reais de aprender, que vão desde os espaços físicos adequados até o conteúdo e sua forma de ensinar, possibilitando desenvolvimento e aprendizagem por parte do estudante.

Mantoan (2003) nos traz aspectos importantes sobre a inclusão e aspectos da necessidade de modificar o produto educacional e a forma como a escola funciona, para integrar as diferentes formas de ser dos sujeitos.

A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando. (...) o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação. As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível

para se entender como compreendemos o mundo e a nós mesmos. (...) Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. (MANTOAN, 2003, p.12)

Entendendo que a Psicologia Escolar atua dentro dos processos de ensino e aprendizagem, o psicólogo escolar propõe-se a entender como esses processos ocorrem e mediar as relações para auxiliar na construção e produção de uma educação inclusiva e livre de preconceitos e da violência da exclusão. Uma vez que o espaço escolar é também um espaço social, esse reproduz aspectos sociais de violências como exclusão, preconceito e *bullying*.

Por essa razão trazemos à luz José Leon Crochík, importante teórico da Psicologia que descreve qual o papel do psicólogo escolar no combate as violências escolares descritas. Segundo Crochík (2011) o pensamento é uma atitude e como tal tem três dimensões: uma cognitiva, afetiva e uma tendência para ação. A cognitiva vem dos estereótipos com argumentos bem elaborados que sutilmente vem justificando quem o realiza. Explicando/justificando por vezes que a vítima é inferior, até se utilizando de argumentos “científicos” para tal; e em alguns casos a própria vítima pode até interiorizar ou aceitar como merecedora dessa violência e comportamento hostil. Tal hostilidade não é da vítima! Trata-se de uma projeção, no sentido psicanalítico, apresentado por Crochík (2011), como desejos, medos, expectativas sobre seus alvos.

É preciso, no entanto, entender o formato da escola e sua construção histórica para refletir de que forma essa produção de exclusão acabou se constituindo, podendo pensar historicamente:

Na escola, frequentemente, a organização das classes volta-se à uniformização de seus membros, dividindo-os com expectativas pré-estabelecidas quanto ao desempenho e comportamento esperado para cada faixa etária. Essa normalização ou padronização foi constituída historicamente, certamente visando a métodos mais eficientes para o ensino, e sua racionalidade, que visa predominantemente ao desenvolvimento de capacidades e habilidades, é mais compatível com a educação integrada do que com a educação inclusiva. Essa racionalidade expressa por si só a ideologia da sociedade industrial criticada por Marcuse (1964/1982) e é propícia à constituição de uma sociedade hierarquicamente dividida entre os mais e os menos aptos, mas isso não implica que a normalização ou a padronização sejam necessariamente ruins do ponto de vista da formação, uma vez que implicam certo grau de adaptação ao qual toda a educação deve almejar, sem que deixe de

ser, simultaneamente, emancipatória, segundo defende Adorno (1965/1995). (CROCHÍK, 2011 p.175).

A psicologia tem um papel fundamental, atuando frente à prevenção. Trabalhando com ações de promoção a uma educação inclusiva livre da reprodução de preconceito. Atuando com a formação de pais, formação de professores e de alunos em uma tentativa de proporcionar espaços de discussão e articulações de ideias críticas, onde possamos nos libertar de pensamentos primitivos e preconceituosos já instalados; é um trabalho que envolve sensibilização para a desconstrução destes.

Entendemos neste âmbito que o investimento maior está na prevenção, com o intuito de desconstruir estereótipos e evitar as ações violentas; e que o espaço escolar está em um lugar de humanizar pessoas, nos tornar seres melhores, mais justos, solidários e fraternos, com as habilidades socioemocionais igualmente contempladas conforme preconizado na BNCC (BRASIL, 2018).

Até algum tempo atrás a psicologia somente estava no lugar de produzir as respostas, diagnosticar ou entregar o laudo para a escola dos alunos problemas ou com dificuldades.

Os alunos portadores de dificuldades de escolarização são frequentemente encaminhados para diagnóstico psicológico. Professores, coordenadores e demais profissionais da Escola anseiam por um lugar onde possam encaminhá-los e de onde recebem um laudo revelador das causas individuais dessas dificuldades. (...) Assim, são os alunos individualmente que não têm capacidade de aprender, são eles os grandes problemas da escola. (...) Os laudos falam, por meio de estereótipos, de crianças abstratas. (PATTO, 2015, p. 60)

Os laudos em geral ignoram as condições institucionais em que são produzidas as dificuldades de aprendizagem, trazem respostas que na maioria, transferem a culpa para o indivíduo ou sua família, isentando a escola desse lugar de responsabilidade com o resultado e desenvolvimento do sujeito. Sendo assim, para além de entender a deficiência é preciso adaptar e adequar os conteúdos e a forma de ensinar independentemente da dificuldade apresentada pelo estudante.

Crochík (2011) apresenta a forma que define como fazer inclusão no ambiente escolar, o que denominou: hipótese de contato, que é o entendimento que eu posso me diferenciar do outro, entender minhas diferenças e subjetividades enquanto sujeito ao confrontar o outro com suas diferenças, por meio de convivência. Sendo assim, por meio dessa diferenciação seria possível que o sujeito preconceituoso passasse a entender que, ainda que diferentes, é possível compreender essas diferenças e aceitá-las. Colocar em contato pode confrontar e fazer refletir sobre os nossos aspectos iguais e diferentes com maior entendimento.

Embora o preconceito seja manifestado individualmente, é formado por conflitos surgidos durante o processo de socialização, de modo que há raízes sociais na sua constituição, sendo assim a convivência pode então trazer o contato.

Porém, quando se trata de um preconceito extremo, arraigado em profundas fontes inconscientes, o simples contato pode não ser o suficiente para a sua redução.

Essa teoria defende que o contato entre o preconceituoso e seu alvo, em condições adequadas, poderia diminuir ou eliminar o preconceito. Alguns estudos indicam que de fato isso ocorre, outros não. Isso já mostra que não basta derrubar os muros que segregam para eliminar o preconceito; são necessárias também condições favoráveis para isso. Se ao preconceituoso, no entanto, falta a possibilidade da experiência, o mero contato com o outro, mesmo em condições favoráveis, pode não ser suficiente. (CROCHÍK, 2011, p. 38)

Traremos também ao presente debate Paulo Freire (1983; 1987) tomado na dimensão da construção da autonomia do sujeito e da construção da palavra-mundo - leitura de mundo, leitura da palavra: o sujeito que aprende precisa ver sentido naquilo que aprende para que então ocorra efetivamente uma verdadeira aprendizagem dentro das práticas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um paradigma mundial que vem sendo implantado gradativamente no Brasil desde final dos anos 90. Ao contemplar a escola inclusiva por vezes nos deparamos com a integração dos estudantes e não inclusão de forma plena. Percebemos que devemos nos preocupar em propor a inclusão das pessoas de forma a respeitar sua individualidade e seu aspecto subjetivo para aprender. Nesse sentido a escola deve ser um espaço democrático que chega a todos sem distinção.

De forma lenta e gradual a inclusão ainda não está legitimada no seio das escolas como prática cotidiana aceita e eficiente para a manutenção do estudante com NEE e seu sucesso acadêmico, principalmente no que concerne aqueles com DI. A literatura tem expressado que as barreiras atitudinais se configuram como uma das mais importantes e difíceis de transpor. Certamente este estudo ao trazer a proximidade da fala dos atores que vivenciam a inclusão colaborará para a temática trazendo à luz os desejos, sonhos, percepções e experiências daqueles que enfrentam a problemática quer sejam como estudantes, colegas, professores e equipe da escola. Pretende propor uma forma acrílica de pensar a escola que estamos fazendo e ofertando para refletirmos de forma crítica como podemos desconstruir modelos e recriar possibilidades de forma agregadora, democrática e para todos.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean Claude. Abordagem estrutural das representações sociais. Trad. Pedro Humberto de Faria. In: MOREIRA, A S. P; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia-GO: Editora AB, 1998. p. 27-38.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB** – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 30.jun.2021.

BRASIL. **LBI** - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Lei nº 13.146. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 30 maio. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC** - Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CROCHÍK, José Leon.; FRELLER, Cintia C.; LIMA e DIAS, Marian Ávila de.; FEFFERMANN, Marisa; NASCIMENTO, Rafael Baioni; CASCO, Ricardo. Educação inclusiva: escolha e rejeição entre alunos. **Psicologia & Sociedade**; V. 25, n.1, p. 174-184, 2013.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito e Inclusão. **WebMosaica** - Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall e UFRGS, v.3, n.1, p.33-42; jan-jun, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LBI - Lei Brasileira de Inclusão. Lei 13.146\2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2015/lei/13146.htm

MANTOAN, Maria. Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do Fracasso escolar** - Histórias de submissão e Rebelia. 4 ed. São Paulo: Intermeios, 2015.